

## **POSSIBILIDADE DE MUDANÇA DE NOME E RETIFICAÇÃO DE GÊNERO DO TRANSEXUAL NOS REGISTROS PÚBLICOS**

JULIA FONTANELA ROSSO<sup>1</sup>; MAIANNY DE OLIVEIRA NUNES<sup>2</sup>; PAULA  
ULGUIM TEIXEIRA<sup>3</sup> MÁRCIA RODRIGUES BERTOLDI<sup>4</sup>

<sup>1</sup>Faculdade de Direito – UFPEL – [juliaf.rosso@hotmail.com](mailto:juliaf.rosso@hotmail.com)

<sup>2</sup>Faculdade de Direito – UFPEL – [maiannynunes@hotmail.com](mailto:maiannynunes@hotmail.com)

<sup>3</sup>Faculdade de Direito – UFPEL – [paulaulguimt@hotmail.com](mailto:paulaulguimt@hotmail.com)

<sup>4</sup>Faculdade de Direito – UFPEL – [marciabertoldi@yahoo.com](mailto:marciabertoldi@yahoo.com)

### **1. INTRODUÇÃO**

Os seres humanos são identificados como homens ou mulheres desde o nascimento pela união de fatores biológicos, fenotípicos e sócio-culturais; a isto deu-se o nome de “identidade de gênero”. Na grande maioria dos casos há correspondência entre o sexo biológico e a identidade de gênero, no entanto, a incongruência entre eles caracteriza a transexualidade.

As manifestações dos distúrbios de identidade de gênero vão desde viver como membro do sexo oposto até a procura pela adaptação física por meio de hormônios e intervenções cirúrgicas. Porém, as implicações dessa adaptação extrapolam o campo individual; juridicamente destacamos aqui a necessidade/possibilidade de alteração do nome registral, bem como do gênero na certidão de nascimento, para que estes se adéquem à realidade pessoal e social do transexual que passou ou não pela cirurgia de mudança de sexo.

### **2. METODOLOGIA**

O presente trabalho consiste na análise jurisprudencial de quinze julgados (respeitando-se a proporcionalidade encontrada na totalidade dos acórdãos na justiça brasileira) nos quais o apelante pretendia a retificação de seu registro civil com o intuito de adequar seu nome e sexo registrais à sua realidade psicológica e, em alguns casos, física.

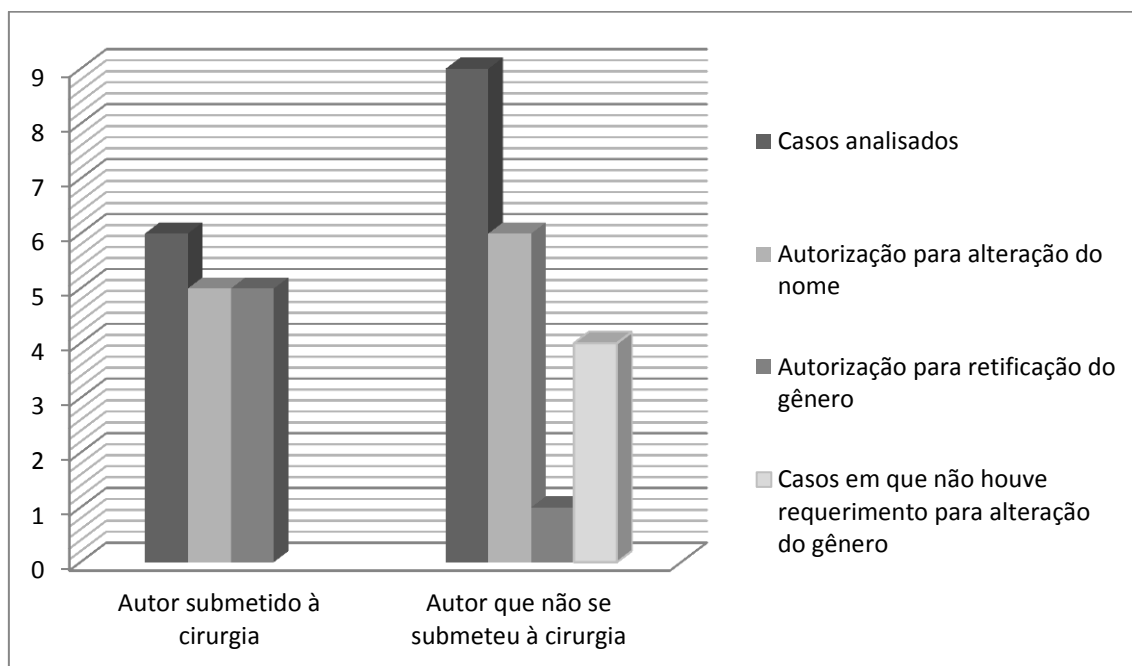
Através do método indutivo e da pesquisa quantitativa, partimos do particular (caso concreto) para o geral (generalização das decisões em situações semelhantes).

### **3. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Em geral, a mudança de nome é provida em primeiro grau, sendo necessária remessa à instância superior para que seja analisada novamente a possibilidade de alteração do gênero. Porém, há na jurisprudência casos em

que ambos juízos negam a alteração do nome, dando por justificativa o fato do indivíduo não ter sido submetido à cirurgia de transgenitalização.

Em nosso trabalho pudemos analisar que das quinze decisões selecionadas, seis deram provimento à alteração do nome e do sexo; cinco apenas à alteração do nome e nos outros quatro casos nenhum dos pleitos (mudança do nome e ratificação do gênero) foram atendidos. Essas informações podem ser conferidas no gráfico a seguir:



A falta de legislação específica sobre a questão da transexualidade causa, há décadas, divergência entre os tribunais; gerando discussões no âmbito civil, penal, constitucional e de direitos humanos.

Os juristas mais dogmáticos, por muito tempo, defenderam que, na ausência de lei que regulamentasse o tema, o direito ao nome e a retificação de gênero não deveriam ser concedidos.

Por outro lado, uma corrente mais humanitária e garantista interpreta a questão com uma visão mais oxigenada. Os princípios constitucionais, em especial o princípio da dignidade da pessoa humana, e as normas que regulam as questões de direitos humanos (direito à honra, dignidade humana, saúde e bem estar, intimidade, privacidade, nome, entre outros) são levados em consideração através de um prisma que tenta acompanhar as mudanças da sociedade, seus costumes e novas demandas.

Resta evidente que a maioria das jurisprudências consultadas demonstra a oxigenação da legislação com as vias interpretativas supracitadas, tendendo a clara garantia da alteração e respeitando a dignidade destes indivíduos. Isto é externado no voto da Ministra Nancy Andrighi:

A falta de fôlego do Direito em acompanhar o fato social exige, pois, a invocação dos princípios que funcionam como fontes de oxigenação do ordenamento jurídico, marcadamente a dignidade da pessoa

humana – cláusula geral que permite a tutela integral e unitária da pessoa, na solução das questões de interesse existencial humano.<sup>1</sup>

#### 4. CONCLUSÕES

Na atualidade, a incongruência entre a adequação do Direito aos casos concretos, considerando que por vezes as normas estão superadas ou possuem grandes lacunas, trouxe à tona a necessidade de discutir e interpretar a legislação de forma mais ampla.

Por muito tempo priorizou-se a “*voluntas legislatoris*”, ou seja, a vontade do legislador, e essa busca manteve a sociedade numa posição passiva nas questões que envolviam a solução de conflitos. Atualmente, o foco sai da lei e volta-se para o fato. O indivíduo e a coletividade tornam-se parte fundamental no processo de construção do entendimento da própria norma.

A análise jurisprudencial dos casos que envolvem a possibilidade jurídica dos transexuais de retificação do nome e do gênero nos registros públicos mostrou que, mesmo sem legislação específica sobre o tema, tivemos significativos avanços nos julgados decorrentes da hermenêutica contemporânea. Esta corrente trouxe uma ótica mais humanista e garantista que tende a tornar-se prevalente no cenário jurídico brasileiro.

#### 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

TJ – PA - APELAÇÃO CÍVEL: 200730049340 PA 2007300-49340, Relator: LEONAM GONDIM DA CRUZ JUNIOR, Data de Julgamento: 05/03/2009, Data de Publicação: 09/03/2009.

TJ – RS - APELAÇÃO CÍVEL Nº 70013909874, Sétima Câmara Cível, Relator: Maria Berenice Dias, Julgado em 05/04/2006.

TJ- RS - APELAÇÃO CÍVEL Nº 70022952261, Oitava Câmara Cível, Relator: José Ataídes Siqueira Trindade, Julgado em 17/04/2008.

TJ – RS - APELAÇÃO CÍVEL Nº 70030504070, Oitava Câmara Cível, Relator: Rui Portanova, Julgado em 29/10/2009.

TJ – RS - APELAÇÃO CÍVEL Nº 70041776642, Oitava Câmara Cível, Relator: Rui Portanova, Julgado em 30/06/2011.

TJ – RS - APELAÇÃO CÍVEL Nº 70056132376, Sétima Câmara Cível, Relator: Jorge Luís Dall'Agnol, Julgado em 13/11/2013.

---

<sup>1</sup> (Recurso Especial: 1008398 SP 2007/0273360-5, Relator: Ministra NANCY ANDRIGHI, Data de Julgamento: 15/10/2009, Terceira Turma - STJ, Data de Publicação: 18/11/2009, disponível em <http://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/5718884/recurso-especial-resp-1008398-sp-2007-0273360-5>, acesso em 03/09/14)

TJ – PR - APELAÇÃO CÍVEL Nº350.969-5, do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, Relator: Rafael Augusto Cassetari, Data de Julgamento: 04/07/2007.

TJ – MG - APELAÇÃO CÍVEL Nº 1.0024.05.778220-3/001, Comarca de Belo Horizonte, Relator Edivaldo George dos Santos. Relator para o acórdão: Wander Marotta. disponível em

TJ – RS - AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 70060459930, Oitava Câmara Cível, Relator: Rui Portanova, Julgado em 21/08/2014.

TJ – MG - EMBARGOS INFRINGENTES Nº 1.0000.00.296076-3/001 da Comarca de Belo Horizonte, Relator: Carreira Machado. Relator para o acórdão: Almeida Melo. Data de Julgamento: 22/04/2004.

TJ- BA - APELAÇÃO Nº 03683304120128050001 BA 0368330-41.2012.8.05.0001. Relator: Marcia Borges Faria, Data de Julgamento: 22/10/2013, Quinta Câmara Cível, Data de Publicação: 23/10/2013.

TJ-SP - APELAÇÃO CÍVEL: 9103308212008826 SP 9103308-21.2008.8.26.0000, Relator: Ribeiro da Silva, Data de Julgamento: 08/02/2012, 8ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 10/02/2012.

STJ - RECURSO ESPECIAL: 1008398 SP 2007/0273360-5, Relator: Ministra NANCY ANDRIGHI, Data de Julgamento: 15/10/2009, Terceira Turma, Data de Publicação: 18/11/2009.

TJ – SP - APELAÇÃO nº 004142-59.2012.8.26.0541 da Comarca de Santa Fé do Sul em 6ª Câmara de Direito Privado, Relator: Fortes Barbosa. Julgado em: 06/06/13.

TJ – SP - APELAÇÃO nº 00467-07.2010.8.26.0120 da Comarca Cândido Mota em 3ª Câmara de Direito Privado. Relator: João Pazine Neto. Julgado em: 02/07/13

**DIAS**, Maria Berenice. **Homoafetividade e os direitos LGBTI**. 6. ed. reformulada, São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014. Cap. 15, p. 267-298.

**VELOSO**, Natalia Braga dos Santos. **Ratificação de nome para os transexuais**. 2010. Monografia apresentada ao Curso de Direito da Faculdade de Ciências Jurídicas da Universidade Tuiuti do Paraná. Curitiba, 2010. Disponível em <http://tcconline.utp.br/wp-content/uploads/2012/06/RETIFICACAO-DE-NOME-PARA-OS-TRANSEXUAIS.pdf>, acesso em 13/09/14.